

N° 3396.

BRÉSIL ET POLOGNE

Echange de notes comportant un
accord commercial. Rio de Janeiro,
le 3 février 1932.

BRAZIL AND POLAND

Exchange of Notes constituting a
Commercial Agreement. Rio de
Janeiro, February 3rd, 1932.

TEXTE PORTUGAIS. — PORTUGUESE TEXT.

Nº 3396. — TROCA DE NOTAS ENTRE OS GOVERNOS DO BRASIL E DA POLONIA CONSTITUINDO UM ACCORDO COMMERCIAL. RIO DE JANEIRO, 3 DE FEVEREIRO DE 1932.

Texte officiel portugais communiqué par l'envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire du Brésil à Berne. L'enregistrement de cet échange de notes a eu lieu le 9 avril 1934.

Portuguese official text communicated by the Brazilian Envoy Extraordinary and Minister Plenipotentiary at Berne. The registration of this Exchange of Notes took place April 9th, 1934.

I.

NOTA DA LEGAÇÃO DA POLONIA NO RIO DE JANEIRO AO GOVERNO BRASILEIRO.

RIO DE JANEIRO, em 3 de Fevereiro de 1932.

80/T/32.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, aguardando a conclusão e a entrada em vigor de um Tratado de Commercio e de Navegação definitivo entre o Brasil e a Polonia, cujas negociações serão dentro em pouco entabuladas, o Governo polonez, no intuito de facilitar e desenvolver as relações commerciaes entre ambos os paizes, concorda em conceder ao Brasil, sob condição de reciprocidade, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.

2. Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza, originarios de qualquer outro paiz.

3. Da mesma fórmula, os productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso alguma, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados nem a regras ou formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são sujeitos os productos da mesma natureza, destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4. Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer

outro paiz, serão immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza, originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

5. Exceptuam-se, contudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser ulteriormente concedidos a paizes limitrophes, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os que resultem do systema alfandegario provisório, estabelecido entre a parte poloneza e allemã da Alta Silesia, previsto pela Convenção Allemã-Poloneza de Genebra, de 15 de Maio de 1922, e os que resultem de uma união aduaneira já concluída ou que possa ser concluída de futuro, por uma das partes contractantes.

6. O Governo Polonez, ao qual cabe regular as relações exteriores da Cidade livre de Dantzig, em virtude da art. 104 do tratado de Versailles e dos arts. 2 e 6 da Convenção¹ de Paris, celebrada a 9 de Novembro de 1920, entre a Polonia e a Cidade livre de Dantzig, reserva-se o direito de declarar que a Cidade livre de Dantzig é Parte Contractante do presente accôrdo, acceita as obrigações e adquire os direitos delle decorrentes.

Esta ressalva, entretanto, não attinge as disposições do presente accôrdo, as quaes já foram assumidas pela Polonia em relação á Cidade livre de Dantzig, de conformidade com os seus direitos decorrentes dos tratados respectivos.

7. O presente accôrdo, que substituirá o *modus vivendi* polono-brasileiro celebrado entre ambos os Governos, por troca de notas de 22 de Agosto de 1929, entrará em vigor trinta dias após a sua assignatura e continuará a vigorar até que seja substituído por um Tratado de Commercio e de Navegação definitivo ou denunciado por uma das partes contractantes, mediante notificação prévia de dois mezes.

Ficarei satisfeito de receber de Vossa Excellencia a confirmação do accôrdo acima formulado. Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excellencia os protestos de minha mais alta consideração.

(a) GRABOWSKI,
Ministro da Polonia.

Dr. T. ST. GRABOWSKI.

A Sua Excellencia o Senhor Dr. Afranio de Mello Franco,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.
Palacio Itamaraty — Nesta.

II.

NOTA DO GOVERNO BRASILEIRO Á LEGAÇÃO DA POLONIA NO RIO DE JANEIRO.

EC/1/8 (42). (72) 8.

Em 3 de Fevereiro de 1932.

SENHOR MINISTRO,

Tenho a honra de accusar o recebimento da nota em que Vossa Excellencia dà a conhecer que, aguardando a conclusão e a entrada em vigôr de um Tratado de Commercio e de Navegação definitivo entre o Brasil e a Polonia, cujas negociações serão dentro em pouco entabuladas, o Governo polonez, no intuito de facilitar e desenvolver as relações commerciaes entre ambos os paizes, concorda em conceder ao Brasil, sob condição de reciprocidade, o tratamento incondicional e illimitado da nação mais favorecida, em relação a tudo o que se refere aos direitos alfandegarios e a todos os direitos accessorios, ao modo de percepção dos direitos, assim como em relação ás regras, formalidades e impostos a que poderiam ser submettidas as operações de despacho alfandegario.

2. Consequentemente, os productos naturaes ou fabricados, originarios de cada uma das partes contractantes, não serão, em caso algum, sujeitos, nas supracitadas relações, a direitos,

¹ Vol. VI, page 189; et vol. CVII, page 459, de ce recueil.

¹ Vol. VI, page 189; and Vol. CVII, page 459, of this Series.

taxas ou impostos diferentes ou mais elevados, nem a regras ou formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza, originarios de qualquer outro paiz.

3. Da mesma forma, as productos naturaes ou fabricados, exportados do territorio de cada uma das partes contractantes com destino ao territorio da outra parte, não serão, em caso algum, sujeitos, nas mesmas relações, a direitos, taxas ou impostos diferentes ou mais elevados, nem a regras ou formalidades diferentes ou mais onerosas do que aquelles aos quaes são sujeitos ou vierem a ser sujeitos os productos da mesma natureza, destinados ao territorio de qualquer outro paiz.

4. Todas as vantagens, favores, privilegios e immunidades já concedidos, ou que venham a ser concedidos, de futuro, por uma das partes contractantes, na supracitada materia, aos productos naturaes ou fabricados, originarios de qualquer outro paiz ou destinados ao territorio de qualquer outro paiz, serão immediatamente, e sem compensação, applicados aos productos da mesma natureza, originarios da outra parte contractante, ou destinados ao territorio dessa parte.

5. Exceptuam-se, contudo, dos compromissos acima formulados, os favores actualmente concedidos ou que possam ser alteriormente concedidos a paizes limitrophes, com o fim de se facilitar o trafico de fronteiras, assim como os que resultem do systema alfandegario provisorio, estabelecido entre a parte poloneza e allemã da Alta Silesia, previsto pela Convenção Allemã-Poloneza de Genebra, de 15 de Maio de 1922, e os que resultem de uma união aduaneira já concluida ou que possa ser concluida de futuro, por uma das partes contractantes.

6. O Governo Polonez, ao qual cabe regular as relações exteriores da Cidade livre de Dantzig, em virtude do art. 104 do Tratado de Versailles e dos arts. 2 e 6 da Convenção de Paris, celebrada a 9 de Novembro de 1920, entre a Polonia e a Cidade livre de Dantzig, reserva-se o direito de declarar que a Cidade livre de Dantzig é Parte Contractante de presente accôrdo, acceita as obrigações adquire os direitos delle decorrentes.

Esta resalva, entretanto, não attinge as disposições do presente accôrdo, as quaes já foram assumidas pela Polonia em relação à Cidade livre de Dantzig, de conformidade com os seus direitos decorrentes dos tratados respectivos.

7. O presente accôrdo, que substituirá o *modus vivendi* polono-brasileiro celebrado entre ambos os Governos, por troca de notas de 22 de Agosto de 1929, entrará em vigor trinta dias após a sua assignatura e continuará a vigorar até que seja substituido por um Tratado de Commercio e de Navegação definitivo ou denunciado por uma das partes contractantes, mediante notificação prévia de dois mezes.

8. Em resposta, aprez-me communicar-lhe que o Governo brasileiro acccita a proposta transmittida por Vossa Excellencia e assume os compromissos della decorrentes, constantes da nota a que tenho a honra de responder.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excellencia os protestos da minha alta consideração.

(a) A. DE MELLO FRANCO.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Thadée Grabowski,
Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario da Polonia.

É copia authentica :

Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Rio de Janeiro D. F., em 6 de Março de 1934.

C. A. Moniz Gordillo.

Chefe do Serviço dos Limites e Actos Internacionaes.

¹ TRADUCTION.

N^o 3396. — ÉCHANGE DE NOTES ENTRE LES GOUVERNEMENTS BRÉSILIEU ET POLONAIS COMPORTANT UN ACCORD COMMERCIAL. RIO DE JANEIRO, LE 3 FÉVRIER 1932.

I.

NOTE DE LA LÉGATION DE POLOGNE A RIO DE JANEIRO AU GOUVERNEMENT BRÉSILIEU.

80/T/32.

RIO DE JANEIRO, *le 3 février 1932.*

MONSIEUR LE MINISTRE,

J'ai l'honneur de porter à votre connaissance qu'en attendant la conclusion et l'entrée en vigueur d'un traité de commerce et de navigation définitif entre le Brésil et la Pologne, traité dont les négociations seront engagées sous peu, le Gouvernement polonais, désireux de faciliter et de développer les relations commerciales entre les deux pays, convient d'accorder au Brésil, sous condition de réciprocité, le traitement inconditionnel et illimité de la nation la plus favorisée pour tout ce qui concerne les droits de douane et tous les droits accessoires, le mode de perception des droits, ainsi que pour les règles, formalités et charges auxquelles les opérations de dédouanement pourraient être soumises.

2. En conséquence, les produits naturels ou fabriqués, originaires de chacune des Parties contractantes, ne seront en aucun cas assujettis, dans les relations susvisées, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés, ni à des règles ou formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature originaires d'un pays tiers quelconque.

¹ Traduit par le Secrétariat de la Société des Nations, à titre d'information.

¹ TRANSLATION.

No. 3396. — EXCHANGE OF NOTES BETWEEN THE BRAZILIAN AND POLISH GOVERNMENTS CONSTITUTING A COMMERCIAL AGREEMENT. RIO DE JANEIRO, FEBRUARY 3RD, 1932.

I.

NOTE FROM THE POLISH LEGATION AT RIO DE JANEIRO TO THE BRAZILIAN GOVERNMENT.

80/T/32.

RIO DE JANEIRO, *February 3rd, 1932.*

YOUR EXCELLENCY,

I have the honour to inform you that pending the conclusion and entry into force of a definitive treaty of commerce and navigation between Brazil and Poland, negotiations for which will shortly be opened, the Polish Government, being desirous of facilitating and promoting commercial relations between the two countries, agrees to grant Brazil, subject to reciprocity, unconditional and unrestricted most-favoured-nation treatment in all matters relating to Customs duties and any accessory duties, the method of collecting duties, and, further, the rules, formalities and charges to which Customs clearing operations may be subject.

2. Consequently, natural or manufactured products originating in the territory of either of the Contracting Parties shall in no case be subject, in the above-mentioned respects, to duties, taxes or charges other or higher, or to rules or formalities other or more onerous, than those to which products of a like nature originating in any third country are or may at any time be subject.

¹ Translated by the Secretariat of the League of Nations, for information.

3. De même, les produits naturels ou fabriqués, exportés du territoire de chacune des Parties contractantes à destination du territoire de l'autre Partie, ne seront en aucun cas assujettis, dans les mêmes relations, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles ou formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature destinés au territoire d'un autre pays quelconque.

4. Tous les avantages, faveurs, privilèges et immunités qui ont été ou seront accordés à l'avenir par l'une des deux Parties contractantes, dans la matière susdite, aux produits naturels ou fabriqués originaires d'un autre pays quelconque ou destinés au territoire d'un autre pays quelconque, seront immédiatement et sans compensation appliqués aux produits de même nature originaires de l'autre Partie contractante ou destinés au territoire de cette Partie.

5. Sont exceptées toutefois des engagements formulés ci-dessus les faveurs actuellement accordées ou qui pourraient être accordées ultérieurement à des pays limitrophes pour faciliter le trafic frontière, ainsi que celles résultant du régime douanier provisoire établi entre la partie polonaise et la partie allemande de la Haute-Silésie et prévu par la Convention germano-polonaise de Genève, en date du 15 mai 1922, et celles résultant d'une union douanière déjà conclue ou qui pourrait être conclue à l'avenir par l'une des Parties contractantes.

6. Le Gouvernement polonais, auquel il appartient d'assurer la conduite des affaires extérieures de la Ville libre de Dantzig en vertu de l'article 104 du Traité de Versailles et des articles 2 et 6 de la Convention de Paris conclue le 9 novembre 1920 entre la Pologne et la Ville libre de Dantzig, se réserve le droit de déclarer que la Ville libre de Dantzig est Partie contractante au présent accord, accepte les obligations et acquiert les droits qui en découlent.

Cette réserve toutefois ne concerne pas les engagements du présent accord qui ont déjà été contactés par la Pologne en ce qui concerne la Ville libre de Dantzig, conformément à ses droits découlant des traités pertinents.

7. Le présent accord, qui remplacera le *modus vivendi* polono-brésilien conclu entre les deux

3. Similarly, natural or manufactured products exported from the territory of either of the Contracting Parties to the territory of the other Party shall in no case be subject, in the same respects, to duties, taxes or charges other or higher, or to rules or formalities other or more onerous, than those to which products of a like nature intended for the territory of any other country are or may at any time be subject.

4. All advantages, favours, privileges and immunities which have been or may hereafter be accorded by either of the Contracting Parties in the above respect to natural or manufactured products originating in or intended for the territory of any other country shall be applied immediately and without corresponding concessions to products of a like nature originating in the territory of the other Contracting Party or intended for the territory of that Party.

5. Favours which are at present or may hereafter be accorded to other contiguous States with the object of facilitating frontier traffic, and those resulting from the provisional Customs regime established as between the Polish and German parts of Upper Silesia and laid down in the German-Polish Convention of Geneva dated May 15th, 1922, as well as those resulting from a Customs union which has already been or may hereafter be concluded by either of the Contracting Parties shall, however, be excluded from the undertakings set forth above.

6. The Polish Government, which is responsible for the conduct of the foreign affairs of the Free City of Danzig under Article 104 of the Treaty of Versailles and Articles 2 and 6 of the Paris Convention concluded on November 9th, 1920, between Poland and the Free City of Danzig, reserves the right to declare that the Free City of Danzig is a Contracting Party to the present Agreement, and accepts the obligations and acquires the rights resulting therefrom.

This reservation, however, shall not affect the undertakings of the present Agreement which have already been entered into by Poland in respect of the Free City of Danzig in accordance with her rights in virtue of the relevant treaties.

7. The present Agreement, which will replace the Polish-Brazilian *modus vivendi* concluded

gouvernements par l'Echange de notes du 22 août 1929, entrera en vigueur trente jours après sa signature et restera en vigueur jusqu'à ce qu'il soit remplacé par un traité de commerce et de navigation définitif ou dénoncé par l'une des Parties contractantes moyennant préavis de deux mois.

Je serais heureux de recevoir de Votre Excellence la confirmation de l'accord formulé ci-dessus.

Je saisis cette occasion, etc.

(Signé) GRABOWSKI,
Ministre de Pologne.

A Son Excellence

M. le Dr Afranio de Mello Franco,
Ministre des Affaires étrangères,
Palais Itamarati, Rio de Janeiro.

II.

NOTE DU GOUVERNEMENT BRÉSILIEN A LA
LÉGATION DE POLOGNE A RIO DE JANEIRO.

EC/I/8 (42). (72) 8.

Le 3 février 1932.

MONSIEUR LE MINISTRE,

J'ai l'honneur d'accuser réception de la note par laquelle Votre Excellence me fait savoir qu'en attendant la conclusion et l'entrée en vigueur d'un traité de commerce et de navigation définitif entre le Brésil et la Pologne, traité dont les négociations seront engagées sous peu, le Gouvernement polonais, désireux de faciliter et de développer les relations commerciales entre les deux pays, convient d'accorder au Brésil, sous condition de réciprocité, le traitement inconditionnel et illimité de la nation la plus favorisée pour tout ce qui concerne les droits de douane et tous les droits accessoires, le mode de perception des droits, ainsi que pour les règles, formalités et charges auxquelles les opérations de dédouanement pourraient être soumises.

2. En conséquence, les produits naturels ou fabriqués, originaires de chacune des Parties contractantes, ne seront en aucun cas assujettis, dans les relations susvisées, à des droits,

between the two Governments by an Exchange of Notes dated August 22nd, 1929, shall come into force thirty days after signature and shall remain in force until it is replaced by a definitive treaty of commerce and navigation, or is denounced by one of the Contracting Parties giving two months' notice.

I should be glad to receive confirmation from Your Excellency of the Agreement set forth above.

I have the honour to be, etc.

(Signed) GRABOWSKI,
Polish Minister.

To His Excellency

Dr. Afranio de Mello Franco,
Minister for Foreign Affairs,
Itamarati Palace, Rio de Janeiro.

II.

NOTE FROM THE BRAZILIAN GOVERNMENT TO
THE POLISH LEGATION AT RIO DE JANEIRO.

EC/I/8 (42). (72) 8.

February 3rd, 1932.

YOUR EXCELLENCY,

I have the honour to acknowledge receipt of the note by which Your Excellency informs me that pending the conclusion and coming into force of a definitive treaty of commerce and navigation between Brazil and Poland, negotiations for which will shortly be opened, the Polish Government, being desirous of facilitating and promoting commercial relations between the two countries, agrees to grant Brazil, subject to reciprocity, unconditional and unrestricted most-favoured-nation treatment in all matters relating to Customs duties and any accessory duties, the method of collecting duties, and, further, the rules, formalities and charges to which Customs clearing operations may be subject.

2. Consequently, natural or manufactured products originating in the territory of either of the Contracting Parties shall in no case be subject, in the above-mentioned respects, to

taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles ou formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature originaires d'un pays tiers quelconque.

3. De même, les produits naturels ou fabriqués, exportés du territoire de chacune des Parties contractantes à destination du territoire de l'autre Partie, ne seront en aucun cas assujettis, dans les mêmes relations, à des droits, taxes ou charges autres ou plus élevés ni à des règles ou formalités autres ou plus onéreuses que ceux auxquels sont ou seront assujettis les produits de même nature destinés au territoire d'un autre pays quelconque.

4. Tous les avantages, faveurs, privilèges et immunités qui ont été ou seront accordés à l'avenir par l'une des deux Parties contractantes, dans la matière susdite, aux produits naturels ou fabriqués originaires d'un autre pays quelconque ou destinés au territoire d'un autre pays quelconque, seront immédiatement et sans compensation appliqués aux produits de même nature originaires de l'autre Partie contractante ou destinés au territoire de cette Partie.

5. Sont exceptées toutefois des engagements formulés ci-dessus les faveurs actuellement accordées ou qui pourraient être accordées ultérieurement à des pays limitrophes pour faciliter le trafic frontière, ainsi que celles résultant du régime douanier provisoire établi entre la partie polonaise et la partie allemande de la Haute-Silésie et prévu par la Convention germano-polonaise de Genève, en date du 15 mai 1922, et celles résultant d'une union douanière déjà conclue ou qui pourrait être conclue à l'avenir par l'une des Parties contractantes.

6. Le Gouvernement polonais, auquel il appartient d'assurer la conduite des affaires extérieures de la Ville libre de Dantzig en vertu de l'article 104 du Traité de Versailles et des articles 2 et 6 de la Convention de Paris conclue le 9 novembre 1920 entre la Pologne et la Ville libre de Dantzig, se réserve le droit de déclarer que la Ville libre de Dantzig est Partie contractante au présent accord, accepte les obligations et acquiert les droits qui en découlent.

Cette réserve toutefois ne concerne pas les engagements du présent accord qui ont déjà été contractés par la Pologne en ce qui concerne

duties, taxes or charges other or higher, or to rules of formalities other or more onerous, than those to which products of a like nature originating in any third country are or may at any time be subject.

3. Similarly, natural or manufactured products exported from the territory of either of the Contracting Parties to the territory of the other Party shall in no case be subject, in the same respects, to duties, taxes or charges other or higher, or to rules or formalities other or more onerous, than those to which products of a like nature intended for the territory of any other country are or may at any time be subject.

4. All advantages, favours, privileges and immunities which have been or may hereafter be accorded by either of the Contracting Parties in the above-mentioned respect to natural or manufactured products originating in or intended for the territory of any other country shall be applied immediately and without corresponding concessions to products of a like nature originating in the territory of the other Contracting Party or intended for the territory of that Party.

5. Favours which are at present or may hereafter be accorded to other contiguous States with the object of facilitating frontier traffic, and those resulting from the provisional Customs regime established as between the Polish and German parts of Upper Silesia and laid down in the German-Polish Convention of Geneva dated May 15th, 1922, as well as those resulting from a Customs union which has already been or may hereafter be concluded by either of the Contracting Parties shall, however, be excluded from the undertakings set forth above.

6. The Polish Government, which is responsible for the conduct of the foreign affairs of the Free City of Danzig under Article 104 of the Treaty of Versailles and Articles 2 and 6 of the Paris Convention concluded on November 9th, 1920, between Poland and the Free City of Danzig, reserves the right to declare that the Free City of Danzig is a Contracting Party to the present Agreement, and accepts the obligations and acquires the rights resulting therefrom.

This reservation, however, shall not affect the undertakings of the present Agreement which have already been entered into by

la Ville libre de Dantzig, conformément à ses droits découlant des traités pertinents.

7. Le présent accord, qui remplacera le *modus vivendi* polono-brésilien conclu entre les deux gouvernements par l'Echange de notes du 22 août 1929, entrera en vigueur trente jours après sa signature et restera en vigueur jusqu'à ce qu'il soit remplacé par un traité de commerce et de navigation définitif ou dénoncé par l'une des Parties contractantes moyennant préavis de deux mois.

8. En réponse, j'ai l'honneur de vous faire savoir que le Gouvernement brésilien accepte la proposition transmise par Votre Excellence et assume les engagements qui en découlent et qui figurent dans la note à laquelle j'ai l'honneur de répondre.

Je saisis cette occasion, etc.

(Signé) A. DE MELLO FRANCO.

A Son Excellence
M. le Dr Thadée Grabowski,
Envoyé extraordinaire et Ministre
plénipotentiaire de Pologne.

Poland in respect of the Free City of Danzig in accordance with her rights in virtue of the relevant treaties.

7. The present Agreement, which will replace the Polish-Brazilian *modus vivendi* concluded between the two Governments by an Exchange of Notes dated August 22nd, 1929, shall come into force thirty days after signature and shall remain in force until it is replaced by a definitive treaty of commerce and navigation, or is denounced by one of the Contracting Parties giving two months' notice.

8. In reply, I have the honour to inform you that the Brazilian Government accepts the proposal transmitted by Your Excellency and assumes the undertakings arising therefrom as set forth in the note to which I have the honour to reply.

I have the honour to be, etc.

(Signed) A. DE MELLO FRANCO.

To His Excellency
Dr. Thadée Grabowski,
Envoy Extraordinary and Minister
Plenipotentiary of Poland.